



TEMPO EM CURSO

Publicação
eletrônica mensal
sobre as desigualdades de
cor ou raça e gênero no mercado
de trabalho metropolitano brasileiro

Vol. I, nº 1, nov. 2009

(Dimensões estruturais das assimetrias
de cor ou raça e de gênero e impactos da crise)

1. Apresentação

A partir do mês de Novembro de 2009, o Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER) está dando início ao *“Tempo em Curso: boletim mensal sobre as desigualdades de cor ou raça e gênero no mercado de trabalho brasileiro”*.

Os objetivos principais do *Tempo em Curso* vêm a ser:

- Acompanhamento das assimetrias de cor ou raça e gênero, presentes nos indicadores do mercado de trabalho brasileiro, tal como captados pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e disponibilizada gratuitamente, em seu formato de microdados, na página deste órgão (www.ibge.gov.br);
- Reflexão sobre como as desigualdades de cor ou raça e gênero dialogam com os diversos ciclos da conjuntura econômica brasileira ao longo do ano. Ou seja, objetiva-se identificar os impactos diretos e indiretos de determinados momentos da economia (fases de prosperidade e de crise) sobre as condições de acesso ao mercado de trabalho brasileiro por parte das pessoas dos distintos grupos de cor ou raça, de ambos os sexos;
- Identificação de eventuais tendências ou regularidades específicas no comportamento dos indicadores de acesso e dinâmica do mercado de trabalho dos grupos de cor ou raça e sexo, assim obtendo compreensões sobre a própria dinâmica das assimetrias;
- Entendimento de como as desigualdades entre os grupos de cor ou raça interagem com os demais indicadores sociais correlatos do mercado de trabalho. Entre outros: evolução da ocupação, do emprego e rendimentos do trabalho, informalidade e precarização da ocupação, distribuição entre setores da economia;
- Exercício de uma ação pedagógica, especialmente junto aos movimentos sociais de negros e negras, acerca das análises econômicas, quando do processo de luta pela igualdade racial. Os assuntos econômicos não devem ficar restritos à seleta seara dos especialistas, sendo, antes, uma questão elementar de acesso aos direitos de cidadania, mormente por parte da população afrodescendente que de uma forma ou de outra será afetada pelos diversos momentos da conjuntura econômica e dos modelos de desenvolvimento.

Guerreiro Ramos, no seu clássico *“A Patologia do Branco Brasileiro”*, afirmou que o *“negro é povo”*. Esta assertiva apresentou-se como um importante contraponto às teses – comungadas por setores do amplo espectro ideológico do país – que insistiam em enxergar os afrodescendentes como elementos ingenuamente inferiores e exóticos à realidade nacional. Assim, o ilustre sociólogo tinha em mente que aquele contingente era, e é, parte indissociável da nacionalidade e da sociedade brasileira. Derivando aquela reflexão, a população negra brasileira, assim como os demais grupos de cor ou raça da população, estará sendo impactada pelos diversos ciclos políticos e institucionais do país. Assim, o que se trata é compreender como estes diversos momentos se mesclam com a forma pela qual os afrodescendentes estão inseridos na sociedade e os problemas específicos que enfrentam, mormente os derivados do racismo e da discriminação racial, tal como operados no Brasil.

2. O que trata a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE?

A Pesquisa Mensal do Emprego (PME) é realizada mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento abrange as seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras. Por ordem geográfica, da mais ao norte para a mais ao sul: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Essa pesquisa tem como objetivo principal o levantamento dos indicadores conjunturais sobre o mercado de trabalho dessas RMs permitindo que sejam factíveis análises sobre seus ciclos e plausíveis perspectivas de evolução no médio e longo prazo.

A PME investiga mensalmente cerca de 37,2 mil domicílios localizados em 145 municípios daquelas seis Regiões Metropolitanas. A PME é realizada em formato de painéis nos quais cada unidade domiciliar sorteada é investigada por quatro meses sucessivos, com intervalo de oito meses, e, em seguida, retorno ao mesmo domicílio por outros quatro meses, período após o qual o mesmo domicílio é excluído definitivamente da amostra.

A primeira edição da PME ocorreu no ano de 1980, tendo acontecido, desde então, duas revisões metodológicas. A primeira em 1982 e a segunda, no ano de 2002. De acordo com informações prestadas pelo IBGE, essa última modificação metodológica obedeceu a dois fatores principais.

O primeiro fator foram as transformações recentes ocorridas no mundo do trabalho, conseqüência, entre outras causas, da globalização financeira, das inovações tecnológicas e gerenciais e da integração regional dos mercados. O segundo fator derivou de recomendações provenientes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) instruindo a adoção de novos procedimentos no processo de investigação do perfil da força de trabalho em todos os países afiliados àquele órgão do sistema ONU, assim favorecendo sua mútua comparabilidade. Cabe observar que a incorporação da variável cor ou raça no questionário básico da PME se deu justamente a partir daquela última revisão metodológica ocorrida no questionário no ano de 2002.

A PME, tal como as demais pesquisas domiciliares do IBGE, quando da coleta da informação sobre a cor ou raça do informante, apresenta cinco opções: branca, preta, amarela, parda e indígena. Todavia, o baixo tamanho da amostra dos amarelos e indígenas não permitirá a inclusão de comentários sobre estes dois grupos. Para além de sua dimensão política, que dispensa maiores observações no momento, também objetivando dotar os indicadores comentados de maior confiabilidade estatística, os declarantes de cor ou raça preta e parda foram unificados em um único grupo.

3. Como será organizado o Tempo em Curso?

O *Tempo em Curso* será publicado por meio eletrônico mensalmente, acompanhando a divulgação da PME pelo IBGE. A publicação estará estruturada em painéis, nos quais cada mês será dedicado a um agrupamento temático, tal como segue abaixo:

- Mês 1 – Posição na Ocupação e Ramo de Atividade Econômica
- Mês 2 – Rendimentos do trabalho
- Mês 3 – Evolução da ocupação e da desocupação

Priorizando-se os temas determinados, considera-se que em poucas páginas será possível o leitor ter um panorama sintético dos principais aspectos do mercado de trabalho brasileiro decomposto pela variável cor ou raça e grupos de sexo.

O *Tempo em Curso* terá esta primeira edição eletrônica

dedicada ao estudo do comportamento geral do mercado de trabalho brasileiro desagregado pela variável cor ou raça, tomando por base o mês de Setembro de 2009. Neste caso estar-se-á tratando de uma fotografia do momento vivido pelo mercado de trabalho metropolitano em um dado período. Para além de sua importância intrínseca, espera-se, assim, a geração de uma base de informações preliminares para que o leitor das próximas edições do *Tempo em Curso*, possa se situar sobre o comportamento conjuntural da variável cor ou raça dentro da PME.

4. Sobre a Importância do Estudo do Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho diz respeito ao principal modo pelo qual a população terá acesso ao rendimento monetário e não monetário (no caso de vir a obter seus rendimentos diretamente em produtos). No conjunto de levantamentos realizados pelo IBGE dedicado ao tema, em geral verifica-se que cerca de 80% do total de rendimento auferido pelas famílias é proveniente dos rendimentos obtidos pelo exercício de uma atividade profissional (tendo sido o restante gerado através de aposentadorias, pensões, transferências governamentais e rendimentos de aluguéis e de aplicações financeiras). Desta forma, em grande medida, a partir do modo de vínculo de uma determinada pessoa com mercado de trabalho é que se poderá compreender o seu padrão de vida, e de sua família, em termos materiais, bem como a maior ou menor sujeição a situações de privação ou carências de acesso aos bens elementares para constituir uma vida passível de ser considerada como digna.

Indo mais além, o mercado de trabalho também abriga outras dimensões sociológicas, políticas e culturais de fundamental importância no modo de inserção de um indivíduo no interior de uma estrutura social, aqui com especial destaque para o prestígio social assumido pelas diferentes ocupações e a efetiva possibilidade de participação organizada na sociedade sob a forma de grupos de interesse ou classes sociais.

Considerando-se que o racismo e o sexismo são vetores estruturais no processo de construção das desigualdades sociais no Brasil, ao se incluir o tema cor ou raça e grupos de sexo na análise, substancialmente o que se procede é a ampliação da capacidade de análise da realidade social. Ou, por outro lado, deixar

tal variável oculta faltamente acarretará implicações negativas, não apenas para os estudos da dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, como para a própria geração de políticas neste plano.

5. Distribuição da PEA Segundo a Cor ou Raça nas Seis Maiores Regiões Metropolitanas Brasileiras (tabela 1)

De acordo com a PME de Setembro de 2009 as seis maiores RMs brasileiras, em conjunto, possuíam uma População Economicamente Ativa (PEA) de cerca de 23,3 milhões de pessoas. Destas, 54,3%, eram de cor ou raça branca e, 44,8%, de cor ou raça preta & parda. Portanto, é importante observar que do ponto de vista da composição de cor ou raça a PME não acompanha os dados nacionais, quando de acordo com a PNAD 2008, os brancos (48,4%) apresentavam peso relativo no seio da população residente inferior aos pretos & pardos (50,6%).

Do ponto de vista da composição de cor ou raça da PEA de cada uma das seis RMs, o maior peso relativo de pretos & pardos se encontravam na RM de Salvador (84,5%), seguido por Recife (67,0%) e Belo Horizonte (60,1%). Já os maiores pesos relativos dos indivíduos de cor ou raça branca, tornando-os maioria no interior da PEA, se davam nas RMs de Porto Alegre (86,8%), de São Paulo (62,6%) e do Rio de Janeiro (54,4%).

No que tange à distribuição relativa da PEA de ambos os grupos de cor ou raça entre as seis RMs, observa-se

que a de São Paulo correspondia a de maior tamanho da PEA em comparação às cinco demais RMs, tanto entre os brancos (49,5%), como entre os pretos & pardos (34,2%). Também, para ambos os grupos, vinha em segundo lugar a RM fluminense (brancos, 23,2%; pretos & pardos, 23,5%).

Entre os brancos, a RM de Porto Alegre correspondia a 13,1% da PEA total do grupo. Já entre os pretos & pardos esta RM respondia por apenas 2,4% da PEA deste grupo. O inverso ocorria na RM de Salvador, que correspondia a 15,3% da região de residência da PEA preta & parda e a 2,2% da PEA branca. A RM de Recife era residência de 9,8% da PEA preta & parda e 3,9% da PEA branca. Belo Horizonte era RM de residência de 14,8% da PEA preta & parda e 8,0%, da PEA branca.

Quando os indicadores são lidos pelos grupos de sexo, observa-se que no conjunto das seis maiores RMs os homens brancos correspondiam a 28,8%; as mulheres brancas, a 25,6%; os homens pretos & pardos, a 24,5%, e as mulheres pretas & pardas, a 20,3%. Os maiores pesos relativos dos homens e mulheres pretos & pardos no interior da PEA se davam na RM de Salvador, respectivamente: 44,4% e 40,2%. Já os menores se davam em Porto Alegre (respectivamente: 6,7% e 6,3%).

6. Taxa de Atividade (PEA / PIA) no Mercado de Trabalho (tabela 2)

A taxa de atividade corresponde à proporção da População Economicamente Ativa (PEA) sobre a População

Tabela 1 – População Economicamente Ativa (PEA) Residente nas Seis Maiores Regiões Metropolitanas; Brasil, Setembro de 2009; (em nº de pessoas)

Região Metropolitana	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total 6 RM
Homens Brancos	261.026	140.168	522.177	1.593.352	3.296.243	891.692	6.704.658
Mulheres Brancas	238.054	142.325	495.207	1.349.477	2.968.512	767.331	5.960.906
Brancos Total	499.080	282.493	1.017.384	2.942.829	6.264.755	1.659.023	12.665.564
Homens Pretos & Pardos	575.774	841.028	834.097	1.385.708	1.947.353	128.494	5.712.454
Mulheres Pretas & Pardas	446.721	761.001	707.839	1.070.880	1.619.668	120.841	4.726.951
Pretos & Pardos Total	1.022.495	1.602.029	1.541.936	2.456.588	3.567.021	249.335	10.439.404
Homens	839.181	986.593	1.360.419	2.987.539	5.343.921	1.021.608	12.539.262
Mulheres	686.702	908.444	1.205.956	2.426.222	4.663.294	889.597	10.780.214
Total	1.525.883	1.895.037	2.566.375	5.413.760	10.007.215	1.911.205	23.319.475

Nota: população total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada
Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Tabela 2 – Taxa de Atividade (PEA / PIA) da População Residente nas Seis Maiores Regiões Metropolitanas; Brasil, Setembro de 2009 (em %)

Região Metropolitana	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total 6 RM
Homens Brancos	60,7	67,0	67,7	62,9	69,7	65,4	66,8
Mulheres Brancas	41,0	50,6	50,9	43,8	52,2	49,1	49,0
Brancos Total	49,4	57,6	58,4	52,4	60,2	56,7	57,1
Homens Pretos & Pardos	57,9	65,0	67,1	63,9	67,7	61,4	65,0
Mulheres Pretas & Pardas	37,5	50,6	52,7	44,5	53,9	49,5	48,8
Pretos & Pardos Total	46,8	57,3	59,6	53,7	60,7	55,0	56,5
Homens	58,8	65,3	67,3	63,4	69,0	64,9	66,0
Mulheres	38,6	50,6	51,9	44,1	52,8	49,2	48,9
Total	47,6	57,3	59,1	53,0	60,3	56,5	56,8

Nota: população total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

em Idade Ativa (PIA). Em ambos os casos os indicadores englobam a população com 10 anos de idade ou mais. A PEA, especificamente, agrega o total de ocupados (pessoas que, durante ao menos uma hora na semana, exerceram atividades econômicas) e o total de desocupados (pessoas desempregadas e que procuraram ocupação no mês de referência da pesquisa).

Segundo os indicadores da PME de Setembro de 2009, a taxa de atividade no mercado de trabalho das seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras era de 56,8%, sendo 66%, no contingente masculino e 48,9%, no contingente feminino. As diferenças verificadas nas respectivas taxas de atividade quando decompostas pelos grupos de sexo diz respeito às desigualdades de gênero vigentes na sociedade brasileira, que tendem a levar com maior intensidade os homens para o mercado de trabalho. Já as mulheres tendem a integrar com maior intensidade a População Inativa (que não participam do mercado de trabalho), muito comumente, exercendo atividades (afazeres) no plano doméstico.

Quando os indicadores do conjunto das seis Regiões Metropolitanas são decompostos pelos grupos de cor ou raça, verifica-se que a taxa de atividade dos brancos (57%) e dos pretos & pardos (56,5%) são semelhantes. No caso da população masculina a taxa de atividade dos brancos era de 66,8% frente a 65% dos pretos & pardos. No grupo feminino a taxa de atividade era de 49%, entre as brancas e de 48,8%, entre as pretas & pardas.

No contingente branco, a maior taxa de atividade foi verificada em São Paulo (60,2%) e a menor em Recife

(49,4%). No contingente preto & pardo, igualmente, a maior taxa de atividade foi observada em São Paulo (60,7%) e a menor em Recife (46,8%).

Vale salientar que este ordenamento é o mesmo quando decomposto pelos grupos de sexo.

Assim, tanto entre os homens brancos, como entre os homens pretos & pardos, a maior taxa de atividade se dava em São Paulo (respectivamente: 69,7% e 67,7%). Já as menores Taxas de Atividades eram encontradas em Recife (homens brancos, 60,7%; homens pretos & pardos, 57,9%).

No contingente feminino as maiores Taxas de Atividade eram em São Paulo, tanto para as brancas (52,2%), como para as pretas & pardas (53,9%). Em Recife foram observadas as menores Taxas de Atividade para ambos os grupos (brancas, 41%; pretas & pardas, 37,5%).

7. Nível da Ocupação (ver Tabela 3)

Na tabela 3 vê-se a distribuição da PEA ocupada residente nas seis maiores RMs brasileiras, desagregada pelos grupos de cor ou raça e sexo.

No somatório das seis RMs, os brancos correspondiam a 55% do total de ocupados (29,5% homens; 25,5%, mulheres). Já os pretos & pardos correspondiam a 44,1% do total de ocupados (24,6%, homens; 19,5% mulheres).

No contingente branco, a RM de São Paulo era local de

Tabela 3 – PEA Ocupada Residente nas Seis Maiores Regiões Metropolitanas; Brasil, Setembro de 2009 (em %)

Região Metropolitana	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total 6 RMs
Homens Brancos	242.361	130.591	496.652	1.547.458	3.081.889	850.066	6.349.018
Mulheres Brancas	208.374	128.866	459.984	1.257.410	2.711.798	723.352	5.489.783
Brancos Total	450.735	259.457	956.636	2.804.868	5.793.687	1.573.418	11.838.801
Homens Pretos & Pardos	523.809	763.462	792.898	1.317.232	1.766.255	120.934	5.284.590
Mulheres Pretas & Pardas	387.644	654.980	647.345	980.182	1.413.672	112.164	4.195.987
Pretos & Pardos Total	911.453	1.418.442	1.440.243	2.297.414	3.179.927	233.098	9.480.577
Homens	768.551	899.171	1.293.027	2.873.169	4.940.798	972.207	11.746.924
Mulheres	597.157	788.704	1.109.711	2.243.457	4.197.839	836.700	9.773.568
Total	1.365.708	1.687.875	2.402.738	5.116.626	9.138.637	1.808.908	21.520.492

Nota: população total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

residência para 48,9% do total de ocupados deste grupo de cor ou raça, vindo em seguida a RM fluminense, 23,7%; de Porto Alegre, 13,3%; de Belo Horizonte, 8,1%; de Recife, 9,9% e; de Salvador, 2,2%.

Entre os ocupados pretos & pardos, embora com peso relativo comparativamente menos expressivo, a RM de São Paulo também era a mais importante, 33,5%. Em seguida vinha a RM fluminense, 24,2%; de Belo Horizonte, 15,2%; de Salvador, 15%; de Recife, 9,6% e, finalmente, a de Porto Alegre, 2,5%.

Em termos dos respectivos pesos relativos dos grupos de cor ou raça dentro de cada RM, verificou-se que os brancos apresentavam maior presença relativa na RM porto-alegrense, 87% (pretos & pardos nesta RM respondiam por 12,9% da PEA ocupada). Já os pretos & pardos apresentavam maior peso relativo na RM soteropolitana, 84% (os brancos respondiam por 15,4% da PEA ocupada nesta RM). Na RM do Rio de Janeiro, a PEA branca ocupada respondia por 54,8%, e, a preta & parda, por 44,9%. Na RM de Belo Horizonte, a PEA preta & parda respondia por 59,9%, e, a branca, por 39,8%. Em Recife, a PEA ocupada preta & parda, em relação à PEA ocupada total, era de 66,7%, e a branca, 33%.

8. População Desempregada (ver tabelas 4, 5 e 6)

No mês de setembro de 2009 existiam perto de 1,8 milhões de desempregados nas seis maiores RMs brasileiras. Destes, 56% eram pessoas do sexo feminino,

e 44%, do sexo masculino. Os brancos perfizeram 46% do total de desempregados, ao passo que os pretos & pardos contribuíam com 53,3% na PEA desempregada. Dito de outra forma, o peso relativo dos pretos & pardos no contingente desempregado total superava em 8,5 pontos percentuais sua presença relativa na PEA das seis maiores RMs brasileiras.

A população branca do sexo masculino respondia por 19,8% na PEA desempregada. As mulheres brancas, por sua vez, respondiam por 26,2%. A PEA preta & parda do sexo masculino respondia por 23,8% da população desempregada (0,7 pontos percentuais inferior à sua presença na PEA das seis RMs), ao passo que a PEA preta & parda do sexo feminino respondia por 29,5% (9,2 pontos percentuais superior à sua presença relativa na PEA das seis RMs).

O peso relativo dos pretos & pardos era superior à metade da PEA desempregada nas RMs de Salvador (88,6% do total); de Recife (69,3% do total); de Belo Horizonte (62,1%) e do Rio de Janeiro (53,6%). Na RM de São Paulo o peso relativo dos pretos & pardos no contingente desempregado total era de 44,6%, e em Porto Alegre, de 15,9%. De qualquer forma, deve ser salientado que em todas as seis RMs o peso relativo dos pretos & pardos no conjunto da PEA desempregada era superior à sua participação relativa na PEA, aqui com especial destaque para a RM de São Paulo onde esta diferença era de 9 pontos percentuais.

A abordagem acima ficaria incompleta sem a abordagem decomposta pelos grupos de sexo. Assim, a dife-

Tabela 4 – PEA Desempregada Residente nas Seis Maiores Regiões Metropolitanas; Brasil, Setembro de 2009 (em %)

Região Metropolitana	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total 6 RM
Homens Brancos	18.665	9.577	25.525	45.894	214.354	41.626	355.641
Mulheres Brancas	29.681	13.459	35.223	92.067	256.714	43.979	471.123
Brancos Total	48.346	23.036	60.748	137.960	471.068	85.606	826.763
Homens Pretos & Pardos	51.965	77.567	41.199	68.476	181.098	7.560	427.864
Mulheres Pretas & Pardas	59.078	106.021	60.493	90.698	205.996	8.677	530.963
Pretos & Pardos Total	111.042	183.588	101.693	159.174	387.094	16.237	958.828
Homens	70.630	87.422	67.393	114.369	403.123	49.401	792.338
Mulheres	89.545	119.740	96.245	182.765	465.455	52.896	1.006.646
Total	160.175	207.162	163.638	297.134	868.578	102.297	1.798.984

Nota: população total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela 5 – Taxa de Desemprego da PEA Residente nas Seis Maiores Regiões Metropolitanas; Brasil, Setembro de 2009 (em %)

Região Metropolitana	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total 6 RM
Homens Brancos	7,2%	6,8%	4,9%	2,9%	6,5%	4,7%	5,3%
Mulheres Brancas	12,5%	9,5%	7,1%	6,8%	8,6%	5,7%	7,9%
Brancos Total	9,7%	8,2%	6,0%	4,7%	7,5%	5,2%	6,5%
Homens Pretos & Pardos	9,0%	9,2%	4,9%	4,9%	9,3%	5,9%	7,5%
Mulheres Pretas & Pardas	13,2%	13,9%	8,5%	8,5%	12,7%	7,2%	11,2%
Pretos & Pardos Total	10,9%	11,5%	6,6%	6,5%	10,9%	6,5%	9,2%
Homens	8,4%	8,9%	5,0%	3,8%	7,5%	4,8%	6,3%
Mulheres	13,0%	13,2%	8,0%	7,5%	10,0%	5,9%	9,3%
Total	10,5%	10,9%	6,4%	5,5%	8,7%	5,4%	7,7%

Nota: população total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela 6 – PEA Desempregada Segundo Tempo de Procura de Emprego, Residente nas Seis Maiores Regiões Metropolitanas; Brasil, Setembro de 2009 (em %)

Região Metropolitana	30 dias	31 dias a 6 meses	7 a 11 meses	1 a 2 anos	2 anos ou mais	Total
Homens Brancos	73.175	191.181	47.288	30.578	13.419	355.641
Mulheres Brancas	95.288	239.994	59.684	46.148	30.009	471.123
Brancos Total	168.463	431.176	106.971	76.726	43.428	826.764
Homens Pretos & Pardos	115.937	194.626	56.783	38.007	22.511	427.864
Mulheres Pretas & Pardas	145.903	231.600	55.552	64.014	33.895	530.964
Pretos & Pardos Total	261.841	426.225	112.335	102.022	56.406	958.829
Homens	190.249	391.917	104.071	70.172	35.930	792.339
Mulheres	242.225	473.155	115.235	111.050	64.980	1.006.645
Total	432.474	865.073	219.306	181.222	100.910	1.798.985

Nota: população total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

rença existente entre o peso relativo dos pretos & pardos na PEA e no conjunto dos desempregados decorre do comportamento específico das mulheres pretas & pardas no que tange o indicador. Desta forma, em todas as RMs os pretos & pardos do sexo masculino participam do contingente desempregado com percentuais inferiores ao seu peso na PEA. O inverso ocorria com as mulheres pretas & pardas, que no total de trabalhadoras desempregadas respondiam por: 36,9% (29,3% na PEA), em Recife; 51,2% (40,2% na PEA), em Salvador; 37% (27,6% na PEA), 37% (27,6% na PEA), em Belo Horizonte; 30,5% (16,2% na PEA), no Rio de Janeiro; 23,7% (16,2% na PEA), em São Paulo e por 8,5% (6,3% na PEA), em Porto Alegre. No somatório das seis RMs, as mulheres pretas & pardas desempregadas respondiam por 29,5% na população desempregada total (relembrando que sua presença na PEA destas seis RMs era de 20,3%).

Na comparação entre as seis RMs, São Paulo concentrava o maior número de desempregados (48,3%) e Porto Alegre o menor (5,7%). No contingente branco, o maior número de desempregados também residia na RM de São Paulo (57%), vindo em seguida a RM do Rio de Janeiro (16,7%); a RM de Porto Alegre (10,4%); a RM de Belo Horizonte (7,3%); a RM de Recife (5,8%) e a RM de Salvador (2,8%). Na PEA preta & parda, a RM de São Paulo concentrava 40,4% dos desempregados; vindo em seguida a RM de Salvador (19,1%); RM do Rio de Janeiro (16,6%); RM de Recife (11,6%); RM de Belo Horizonte (10,6%) e a RM de Porto Alegre (1,7%).

A taxa de desemprego no conjunto das seis maiores RMs brasileiras, em Setembro de 2009, foi de 7,7%, sendo a dos homens, de 6,3%, e a das mulheres, de 9,3%. A taxa de desemprego da PEA branca foi de 6,5%, ao passo que a da PEA preta & parda foi de 9,2%. Entre os homens brancos, a taxa de desemprego foi de 5,3%, e, entre os homens pretos & pardos, de 6,3%. No caso da PEA feminina, a taxa de desemprego das mulheres brancas foi de 7,9%, ao passo que das mulheres pretas & pardas foi de 11,2%. Lido de outro modo, a taxa de desemprego neste último grupo era proporcionalmente maior do que o dobro em relação ao mesmo indicador apresentado pela PEA branca do sexo masculino.

Em todas as seis RMs a taxa de desemprego das mulheres pretas & pardas apresentava-se superior a dos demais grupos. Assim, o desemprego de trabalhadoras deste grupo de cor ou raça chegava a 13,9%, na RM de Salvador; 13,2%, na RM de Recife; 12,7%, na RM de

São Paulo, 8,5% nas RMs de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro e de 7,2%, na RM de Porto Alegre.

A taxa de desemprego dos homens pretos & pardos apresentou-se superior à mesma taxa dos homens brancos em cinco das seis maiores RMs brasileiras, sendo a exceção Belo Horizonte, onde estavam empacadas em 4,9%. Na comparação com as mulheres brancas, as taxas de desemprego dos homens pretos & pardos apresentou-se superior em São Paulo e Porto Alegre e, inferior, nas outras quatro RMs.

Na tabela 6 é visto o indicador da população desempregada residentes nas seis maiores RMs brasileiras, decomposto pelo tempo de duração do desemprego.

Entre a PEA branca desempregada, 20,4% buscava ocupação há menos de um mês; 52,2% entre 31 dias e seis meses; 12,9%, entre 7 e 11 meses; 9,3% entre um e dois anos e 5,3% há dois anos ou mais. No caso da PEA preta & parda, 27,3% procuravam emprego há menos de um mês; 44,5% entre 31 dias e seis meses; 11,7%, entre 7 e 11 meses; 6,4%, entre um e dois anos e 5,9%, há mais de dois anos.

O peso relativo dos desempregados pretos & pardos na população desempregada decomposta pelo tempo de duração de desemprego era o seguinte: menos de um mês, 60,5%; entre 31 dias e seis meses, 49,3%; entre 7 meses e 11 meses, 51,2%, entre um e dois anos, 56,3%, há mais de dois anos, 55,9%. O peso relativo específico das mulheres pretas & pardas desempregadas na PEA desempregada total, em todas as decomposições temporais era superior à sua presença na PEA como um todo: menos de um mês, 33,7%; entre 31 dias e seis meses, 26,8%; entre 7 meses e 11 meses, 25,3%, entre um e dois anos, 35,3%, há mais de dois anos, 33,6%.

9. Subocupação Por Insuficiência de Jornada de Trabalho (ver tabela 7 e gráfico 2)

Por subocupação por insuficiência de jornada trabalho se entende os trabalhadores ocupados que trabalhavam menos de 40 horas por semana e declaravam desejar trabalhar uma quantidade maior de horas. Nas seis maiores RMs brasileiras, o número total de subocupados segundo este critério chegava a cerca de 615,2 mil pessoas, 3% do total de ocupados (homens, 2%; mulheres, 4,2%).

Tabela 7 – PEA Residente Subocupada Por Insuficiência de Jornada de Trabalho nas Seis Maiores Regiões Metropolitanas, Brasil, Setembro de 2009 (em nº de pessoas, peso relativo em relação ao total de ocupados e em relação ao total de sub-ocupados)

	Subocupados Por Insuficiência de Jornada	Peso Relativo Sobre o Total de Ocupados do Grupo	Peso Relativo nos Subocupados
Homens Brancos	110.547	1,7%	17,0%
Mulheres Brancas	195.957	3,6%	30,1%
Brancos	306.504	2,6%	47,1%
Homens Pretos & Pardos	127.515	2,4%	19,6%
Mulheres Pretas & Parda	216.563	5,2%	33,3%
Pretos & Pardos	344.078	3,6%	52,8%
Homens	238.263	2,0%	36,6%
Mulheres	412.954	4,2%	63,4%
Total	651.217	3,0%	100,0%

Nota: população total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

O peso da subocupação no conjunto das seis maiores RMs era maior entre os pretos & pardos (3,6%) do que entre os brancos (2,6%). Assim, aquele grupo respondia por 52,8% do total de subocupados (a presença de pretos & pardos na PEA ocupada era de 44,1%).

O peso da subocupação por insuficiência de jornada de trabalho era de 3,1% entre os homens brancos; 3,6% entre as mulheres brancas; 2,4%, entre os homens pretos & pardos e; de 5,2% entre as mulheres pretas & pardas. Assim, os homens brancos perfaziam 17,0% do total de subocupados; as mulheres brancas, 30,1%; os homens pretos & pardos, 19,6% e; as mulheres pretas & pardas, 33,3%. Neste último caso, frise-se que há uma discrepância entre o peso de sua presença na PEA ocupada de 13,8 pontos percentuais.

10. Indicadores de Subocupação Por Insuficiência de Remuneração (ver tabela 8 e gráfico 3)

Por subocupação por insuficiência de remuneração entende-se a parcela dos trabalhadores ocupados que receberam um rendimento médio horário inferior ao valor horário do Salário Mínimo nacional. Em todas as seis maiores RMs do país, o número de subocupados segundo aquele critério chegava a cerca de 3,6 milhões de pessoas, denotando ser mais expressivo do que o indicador de subocupação visto na seção anterior. Assim, 16,9% do total de ocupados eram enquadráveis nesta situação. Na PEA ocupada mas-

culina a proporção era de 14,1% e na PEA ocupada feminina era de 20,2%.

O peso da subocupação por insuficiência de remuneração envolvia 11,4% da PEA ocupada branca e expressivos 23,9% da PEA ocupada preta & parda. Decompondo pelos grupos de sexo, a proporção de subocupação por insuficiência de remuneração alcançava 9,1%, entre os homens brancos; 14,1%, entre as mulheres brancas; 20,4% entre os homens pretos & pardos e 28,5%, entre as mulheres pretas & pardas.

Coerentemente aos dados recém expostos, os pretos & pardos perfaziam 62,5% do total de subocupados por insuficiência de remuneração, ao passo que os brancos respondiam por 37,1%. Especificamente os homens pretos & pardos representavam 29,6% e as mulheres pretas & pardas outros 32,9%. O peso de trabalhadores brancos do sexo masculino na população subocupada por insuficiência de remuneração era de 15,8% e, do sexo feminino, 21,2%.

11. Distribuição da PEA Ocupada Segundo Condição na Ocupação (ver tabela 9)

No conjunto das seis maiores RMs brasileiras, em setembro de 2009, tanto entre os homens (45,1%), como entre as mulheres (39,5%), o principal tipo de posição na ocupação era o emprego no setor privado. Somando-se estes empregos com os ocupados,

Tabela 8 – PEA Residente Subocupada Por Insuficiência de Rendimento nas Seis Maiores Regiões Metropolitanas, Brasil, Setembro de 2009 (em nº de pessoas, peso relativo em relação ao total de ocupados e em relação ao total de subocupados)

	Subocupados Por Insuficiência de Remuneração	Peso Relativo Sobre o Total de Ocupados do Grupo	Peso Relativo nos Subocupados
Homens Brancos	575.005	9,1%	15,8%
Mulheres Brancas	771.702	14,1%	21,2%
Brancos	1.346.707	11,4%	37,1%
Homens Pretos & Pardos	1.075.920	20,4%	29,6%
Mulheres Pretas & Parda	1.194.169	28,5%	32,9%
Pretos & Pardos	2.270.088	23,9%	62,5%
Homens	1.658.603	14,1%	45,6%
Mulheres	1.976.352	20,2%	54,4%
Total	3.634.955	16,9%	100,0%

Nota: população total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela 9 – Distribuição Segundo Posição na Ocupação da PEA Ocupada Residente nas Seis Maiores Regiões Metropolitanas, Brasil, Setembro de 2009 (em nº de pessoas)

Posição na Ocupação	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Brancos Total	Homens Pretos & Pardos	Mulheres Pretas & Pardas	Pretos & Pardos Total	Homens Total	Mulheres Total	Total
Emprego Doméstico Com Carteira	14.951	205.210	220.161	22.513	354.697	377.210	37.464	561.567	599.031
Emprego Doméstico Sem Carteira	17.027	399.485	416.512	28.558	624.946	653.504	45.585	1.026.698	1.072.284
Emprego Com Carteira Setor Privado	3.041.819	2.252.302	5.294.121	2.641.173	1.525.617	4.166.790	5.720.143	3.801.078	9.521.221
Emprego Sem Carteira Setor Privado	828.922	635.016	1.463.939	804.097	446.847	1.250.944	1.652.772	1.097.055	2.749.827
Emprego Setor Público Com Carteira	100.731	134.516	235.247	75.724	72.460	148.184	178.052	207.944	385.996
Emprego Setor Público Sem Carteira	72.413	113.833	186.245	52.165	78.634	130.799	126.010	193.317	319.327
Militar ou Funcionário Público	479.628	579.528	1.059.156	298.604	316.084	614.688	783.769	903.095	1.686.864
Conta-Própria	1.279.506	892.121	2.171.627	1.164.244	658.537	1.822.781	2.472.748	1.564.980	4.037.728
Empregador	501.478	217.378	718.856	176.428	69.837	246.265	693.786	298.632	992.418
Sem Remuneração	12.542	57.122	69.664	19.101	46.577	65.677	34.612	114.178	148.790

Nota: população total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

como funcionários públicos com carteira assinada, militares e estatutários, e, agregando-se aos mesmos, os que trabalham como empregadores (aqui se adota um critério diferente da OIT, pois não se está desagregando o número de empregados ocupados, maior ou menor que cinco) vê-se que entre os homens o peso dos formais chegava a 62,8%, e a 53,3%, entre as mulheres. As demais formas de posição na ocupação podem ser entendidas como informais (homens, 37,2%; mulheres, 46,6%).

No contingente branco do sexo masculino, o peso do setor formal era de 65,0%, ao passo que entre os pretos & pardos do sexo masculino era de 60,4%. No contingente feminino, o peso da formalidade era menor. Entre as mulheres brancas, de 58%, e entre as mulheres pretas & pardas, de 47,3%, neste caso correspondendo a menos da metade do contingente total. No somatório de ambos os grupos de sexo, os brancos apresentavam uma taxa de informalidade de 38,3%, e os pretos & pardos, de 45,4%.

Detalhando um pouco mais os indicadores acima, verifica-se que o emprego com carteira no setor privado correspondia a situação de 47,9% dos homens brancos e de 50% dos homens pretos & pardos. Já entre as mulheres, esta situação correspondia ao cenário de 41% das brancas, e de 36,4%, das pretas & pardas. O emprego sem carteira assinada no setor privado correspondia a situação de 13,1% dos homens brancos; de 15,2%, dos homens pretos & pardos; de 11,6%, das mulheres brancas e; de 10,7% das mulheres pretas & pardas.

No que tange ao emprego doméstico chama a atenção a sua predominância feminina e preta & parda. Assim, 23,4% das ocupadas deste último grupo estavam como empregadas domésticas (8,5% com carteira e 14,9%, sem carteira). O peso do emprego doméstico entre as mulheres brancas era de 3,7%, com carteira, e de 7,3%, sem carteira. No caso dos homens brancos, o emprego doméstico era campo de ocupação para 0,5% dos ocupados e, para os pretos & pardos, aquela forma de ocupação correspondia à situação de 0,9% do total.

O emprego no setor público correspondia à situação de 10,3% dos homens brancos (1,1% sem carteira); de 8,1% dos homens pretos & pardos (1% sem carteira); de 15,2% das mulheres brancas (2,1% sem carteira) e; de 11,1% das mulheres pretas & pardas (1,9% sem carteira).

A ocupação por conta própria correspondia à situação de 20,2% dos homens brancos; 22% dos homens pretos & pardos; de 16,3% das mulheres brancas e; de 15,7% das mulheres pretas & pardas. No caso dos empregadores, o seu peso relativo era de 7,9%, entre os homens brancos; 4,0%, entre as mulheres brancas; 3,3%, entre os homens pretos & pardos; e de 1,7%, entre as mulheres pretas & pardas.

Em termos da composição de cor ou raça e grupos de sexo das diferentes formas de posição na ocupação, vê-se que as mulheres pretas & pardas formavam a maioria absoluta na modalidade de empregadas domésticas, seja com carteira (59,2%), seja sem carteira (58,3%). Já na condição de empregador, o grupo modal era o dos homens brancos, que respondiam por 50,5% do total desta composição. Somado ao das mulheres brancas, o total das pessoas deste grupo de cor ou raça chegava a 72,4% do total de empregadores. Os pretos & pardos do sexo masculino correspondiam a 17,8%, e as mulheres pretas & pardas, a 7,0% do total de empregadores.

O grupo modal nas formas de ocupação do emprego com carteira no setor privado era representado pelos homens brancos (32,0%), seguido dos pretos & pardos (27,7%) e das mulheres brancas (23,5%). Nesta modalidade, as pretas & pardas totalizavam apenas 16,0%. Do total de ocupados como empregados no setor privado sem carteira, os homens brancos também tinham o maior peso relativo (30,1%), seguidos pelos homens pretos & pardos (29,2%). As mulheres brancas empregadas no setor privado sem carteira respondiam por 23,7% e, as pretas & pardas, por 16,0%.

Das ocupações sem remuneração – no caso representando as atividades não recompensadas financeiramente exercidas no empreendimento de membro do próprio domicílio – o grupo modal eram as mulheres de cor ou raça branca (45,5%), seguido das pretas & pardas (26,8%). Os homens brancos respondiam por 8,4% e, os pretos & pardos, por 12,8% dos trabalhadores deste último contingente.

12. Ocupação Por Setores de Atividade Econômica (ver tabela 10)

Dentro dos grandes grupos que formam o Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), nas seis maiores RMs brasileiras, em setembro de 2009, a prin-

Tabela 10 – Distribuição Segundo Ramo de Atividade Econômica da Ocupação da PEA Ocupada Residente nas Seis Maiores Regiões Metropolitanas, Brasil, Setembro de 2009 (em nº de pessoas)

Ramo de Atividade Econômica	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Branco Total	Homens Pretos & Pardos	Mulheres Pretas & Pardas	Pretos & Pardos Total	Homens Total	Mulheres Total	Total
Indústria	1.297.677	786.612	2.084.290	935.104	501.517	1.436.621	2.259.684	1.302.196	3.561.880
Construção Civil	586.898	49.055	635.953	927.218	29.506	956.724	1.520.223	78.794	1.599.017
Comércio	1.245.284	948.925	2.194.209	1.088.315	738.670	1.826.985	2.363.544	1.709.546	4.073.090
Serviços Prestados a Empresas	1.177.637	862.483	2.040.120	786.290	469.570	1.255.861	1.984.878	1.345.465	3.330.344
Administração Pública	768.102	1.394.347	2.162.449	489.218	805.773	1.294.992	1.270.565	2.218.517	3.489.082
Serviços Domésticos	31.978	604.695	636.673	51.072	979.643	1.030.714	83.050	1.588.265	1.671.314
Outros Serviços	1.241.441	843.667	2.085.108	1.007.372	671.308	1.678.680	2.264.981	1.530.785	3.795.766

Nota: população total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

principal forma de ocupação dos homens vinha ser o comércio (20,1%), seguido dos outros serviços (19,3%) e da indústria (19,2%). No contingente feminino ocupado, a principal área de atividade econômica vinha a ser a administração pública (22,7%), seguida do comércio (17,5%) e dos serviços domésticos (16,3%).

Quando decomposto pelos grupos de cor ou raça, vê-se que esta distribuição naquele mesmo período obedecia o seguinte comportamento.

No caso dos homens brancos o principal campo de ocupação nos distintos ramos de atividades econômicas vinha ser a indústria (20,4%), seguido do comércio (19,6%), e dos outros serviços (19,6%), dos serviços prestados às empresas (18,6%) e da administração pública (12,1%).

Entre os homens pretos & pardos, o comércio (20,6%) aparecia em primeiro lugar na ocupação entre os ramos de atividade econômica. Em seguida apareciam, por ordem de importância: outros serviços (19,1%), indústria (17,7%), construção civil (17,6%), serviços prestados às empresas (14,9%).

No contingente feminino, no caso das trabalhadoras brancas, o principal campo de atividade era a adminis-

tração pública (25,4%). Em seguida, vinha o comércio (17,3%), os outros serviços (15,4%), os serviços prestados às empresas (15,7%) e a indústria (14,3%).

No contingente feminino preto & pardo, a principal forma de ocupação era os serviços domésticos, possuíam esta forma de ocupação, tal como já comentado, 23,4% de pessoas deste grupo. Em seguida, aparecia a administração pública (19,2%), o comércio (17,6%), os outros serviços (16,0%) e a indústria (12,0%).

No que tange à composição de cor ou raça e sexo do contingente ocupado em cada um daqueles grupos de atividade econômica pode-se ver que a indústria era ocupada predominantemente por homens brancos (36,4%). Somando-se este valor relativo ao peso das mulheres deste grupo de cor ou raça trabalhadoras no mesmo ramo (22,1%), verifica-se que 58,5% dos operários das seis maiores RMs brasileiras eram brancos. Os pretos & pardos do sexo masculino formavam 26,3%, e do sexo feminino, 14,1% dos operários das indústrias das seis maiores RMs.

Na indústria da construção civil, o peso relativo maior era dos homens pretos & pardos, que correspondiam a 58,0% do total de ocupados no setor. Os homens brancos respondiam por 36,7% dos operários. Já a presen-

ça de mulheres neste ramo de atividade era proporcionalmente pequena: mulheres brancas 3,1%; mulheres pretas & pardas, 1,9%.

O comércio era outra atividade predominantemente branca, 53,9% (30,9% homens e 23,3% mulheres). Os pretos & pardos ocupados no comércio totalizavam 44,8% (homens, 26,7%, mulheres, 18,1%). Situação semelhante acontecia nos outros serviços, ocupados por pessoas brancas em 54,9% (32,7% do sexo masculino, 22,2% do sexo feminino). Neste ramo de atividade os pretos & pardos totalizavam 44,2% (26,5% do sexo masculino, 17,7% do sexo feminino)

A predominância de pessoas de cor ou raça branca apresentava-se maior no caso dos setores dos serviços prestados às empresas (61,3%), da administração pública (60%). No caso das atividades domésticas, tal como já observado, a predominância era de pessoas de cor ou raça preta & parda (61,7%), especialmente do sexo feminino (58,6%).

13. Rendimento Habitualmente Recebido no Trabalho Principal (tabela 11)

No conjunto das seis maiores RMs brasileiras, os brancos obtinham remuneração habitual média do trabalho principal, 90,7% superior em relação aos pretos & pardos. As diferenças observadas entre os homens brancos e pretos & pardos foi de 97,2%, e, entre as mulheres brancas e pretas & pardas, foi de 83,4%. A diferença na remuneração do trabalho dos homens brancos em relação às mulheres brancas foi de 42,7%

e, em relação às mulheres pretas & pardas foi de 161,8%. As mulheres brancas obtiveram remuneração média 38,2% superior à média dos pretos & pardos.

Entre as seis maiores RMs, a maior remuneração média habitual do trabalho principal dos brancos (incluindo os dois grupos de sexo desagregados) se encontrava na RM de Salvador. Em seguida, por ordem decrescente, vinham os trabalhadores deste grupo de cor ou raça das RMs do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre.

Entre os pretos & pardos, a maior remuneração média habitual do trabalho principal também se dava na RM de Salvador. Quando decomposto pelos grupos de sexo observa-se que a RM de Salvador era a que melhor remunerava os homens pretos & pardos. No caso das mulheres pretas & pardas, a maior remuneração se dava na RM de Porto Alegre. Voltando ao grupo preto & pardo de ambos os sexos, verificou-se que, depois da RM de Salvador, por ordem decrescente, as maiores remunerações ocorriam nas RMs de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife.

As maiores desigualdades entre brancos e pretos & pardos ocorria na RM de Salvador (136,4% favorável ao primeiro grupo). O comportamento do indicador também se repetia quando decomposto pelos grupos de sexo. Assim, na RM soteropolitana, os homens brancos recebiam uma remuneração média habitual do trabalho principal, 143,9%, superior aos homens pretos & pardos e, as mulheres brancas, comparativamente às mulheres pretas & pardas, auferiam uma remuneração 131,2% superior.

Tabela 11 – Rendimento Habitualmente Recebido Pela PEA Residente nas Seis Maiores Regiões Metropolitanas; Brasil, Setembro de 2009 (em R\$, set /09)

Região Metropolitana	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total 6 RM
Homens Brancos	1.591,96	2.551,51	2.076,98	2.046,88	2.041,98	1.521,64	1.969,36
Mulheres Brancas	1.178,91	1.840,28	1.376,56	1.417,12	1.415,21	1.161,38	1.379,65
Brancos Total	1.401,33	2.201,37	1.742,00	1.764,88	1.751,05	1.356,70	1.697,44
Homens Pretos & Pardos	789,23	1.046,27	1.041,16	1.014,45	1.011,62	961,36	998,58
Mulheres Pretas & Pardas	608,71	795,84	707,93	744,84	791,80	819,52	752,35
Pretos & Pardos Total	713,02	931,06	891,78	900,06	914,54	893,32	890,17
Homens	1.040,33	1.275,08	1.438,44	1.568,54	1.685,78	1.451,26	1.537,10
Mulheres	806,67	964,12	983,68	1.120,91	1.220,10	1.114,76	1.115,44
Total	938,70	1.130,44	1.229,21	1.372,88	1.473,72	1.296,24	1.346,73

Nota: população total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.
Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Nas demais RMs, quando comparados os brancos e pretos & pardos de ambos os sexos, as maiores assimetrias (em todos os casos favoráveis aos brancos) ocorriam na RM de Recife (96,5%); do Rio de Janeiro (96,1%); de Belo Horizonte (95,3%); de São Paulo (91,5%) e de Porto Alegre (51,9%). No caso da população do sexo masculino das demais RMs (além de Salvador), as maiores assimetrias eram encontradas na RM de São Paulo (101,9%); do Rio de Janeiro (101,8%); de Recife (101,7%); de Belo Horizonte (99,5%); de Porto Alegre (58,3%). Na população trabalhadora do sexo feminino as maiores assimetrias (além de Salvador) foram encontradas na RM de Belo Horizonte (94,4%); de Recife (93,7%); do Rio de Janeiro (90,3%); de São Paulo (78,7%) e de Porto Alegre (41,7%).

14. Como a crise econômica pode ter afetado os distintos grupos de cor ou raça e sexo?

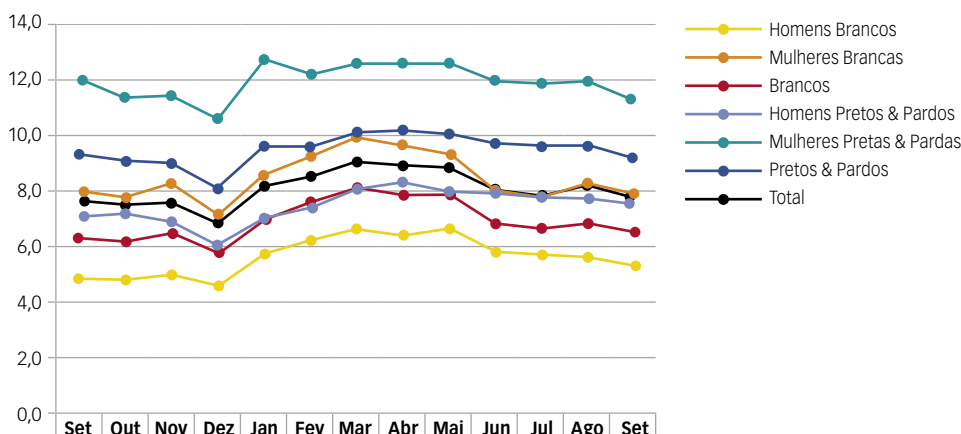
Ao longo do período coberto pela presente edição do *Tempo em Curso*, o mundo assistiu a uma grave crise econômica, crise esta que acabou afetando negativamente a economia brasileira. Posteriormente, o governo brasileiro adotou diversas medidas anticíclicas no sentido da reversão do cenário, como a isenção de Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre automóveis, eletrodomésticos e material de construção civil, além da redução dos juros e uma maior liberalização do crédito. Analisando os indicadores do mercado de trabalho brasileiro ao longo dos meses de julho, agosto e setembro, é possível observar que

ocorreu uma visível recuperação dos indicadores para patamares anteriores à crise. Portanto, a questão passa a ser: como os distintos grupos de cor ou raça residentes nas seis maiores RMs vivenciaram este período, seja quando os indicadores pioraram, seja mais recentemente, quando melhoraram.

Através do gráfico 1 vê-se a taxa de desemprego entre setembro de 2008 e setembro de 2009. Deste modo, após um razoável ano em termos de crescimento econômico, a crise econômica mundial mostrou suas sequelas no Brasil a partir do mês de janeiro de 2009. Justamente neste momento, em relação a dezembro de 2008, ocorreu uma expansão do desemprego, nas seis maiores RMs, em 1,4 pontos percentuais, chegando a 8,2%. O desemprego manteve-se em alta até o mês de março (9%), passando a apresentar, desde então, progressivo movimento de queda, chegando a 7,7%, em setembro, mesmo patamar do ano anterior (gráfico 1).

Tanto entre os brancos, como entre os pretos & pardos, o mês de janeiro de 2009 foi marcado pelo aumento do desemprego, tendo crescido, em relação a dezembro de 2008, 1,2 pontos percentuais, entre os brancos, e, 1,5 pontos percentuais entre os pretos & pardos. No contingente branco, em março de 2009, o desemprego chegou a 8,2%. No mesmo período o desemprego entre os pretos & pardos chegou a 10,1%. Finalmente, no mês de setembro a taxa de desemprego dos brancos havia sido reduzida para 6,5%, inferior em 0,5 ponto percentual à taxa verificada em janeiro do mesmo ano. No caso dos pretos & pardos, a taxa de desemprego declinou 0,4 ponto percentual.

Gráfico 1 – Taxa de desemprego da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil (set-08/09) (em %)



Nota: população total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada
Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

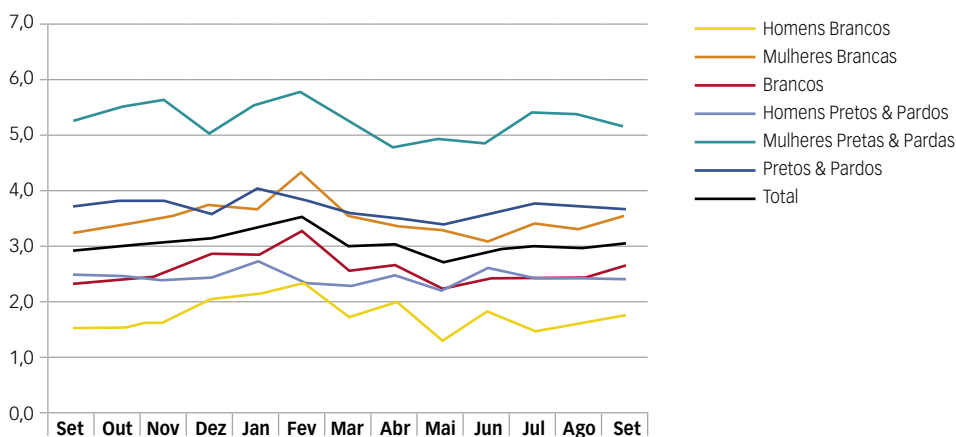
No período de dezembro a 2008 e janeiro de 2009, o desemprego cresceu 0,5 ponto percentual, entre os homens brancos; 0,4 ponto percentual, entre os homens pretos & pardos; 1,3 ponto percentual, entre as mulheres brancas e; 2,2 pontos percentuais, entre as mulheres pretas & pardas. A redução da taxa de desemprego entre os homens brancos se iniciou em junho, quando

declinou para 5,7%, chegando em setembro com 5,3%. Entre os homens pretos & pardos, a taxa do desemprego começou a declinar em maio (8,0%), chegando, em setembro, com 7,5%. No caso das mulheres brancas a redução na taxa de desemprego também se iniciou em maio (9,3%), tendo chegado em setembro com 7,9%. No caso das mulheres pretas & pardas o desemprego começou a declinar em junho (12,0%), tendo caído para 11,2% em setembro. Portanto, pode-se dizer que ao longo do ano o mercado de trabalho metropolitano brasileiro (seis maiores RMs), incluindo os grupos de cor ou raça e sexo analisados, se recuperou da crise, tendo alcançado percentuais inferiores aos verificados em janeiro de 2009.

A afirmação acima, porém, não deve ocultar o fato de que durante todo o período a taxa de desemprego dos pretos & pardos permaneceu superior ao mesmo indicador entre os brancos, seja no contexto anterior à crise (setembro a dezembro de 2008), seja quando da crise (janeiro-junho), seja quando da sua recuperação (julho-setembro). Do mesmo modo, daquele intervalo de um ano até o momento, a taxa de desemprego das mulheres pretas & pardas não declinou para um percentual inferior a 10%, tendo se mantido nitidamente superior aos demais grupos durante todo o período analisado.

Através do gráfico 2 pode ser vista a evolução do percentual de subocupados por insuficiência de jornada de trabalho sobre o total de ocupados nas seis maiores RMs, (set-08/09) (em %)

Gráfico 2 – Proporção de subocupados por insuficiência de jornada de trabalho sobre o total de ocupados residentes nas 6 maiores RMs, (set-08/09) (em %)



Nota: população total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada
Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

RMs brasileiras, entre setembro de 2008 e setembro de 2009. No conjunto destas regiões, para o conjunto da PEA ocupada, o indicador manteve-se na faixa dos 3%, conquanto tenha apresentado ligeira elevação durante os meses de janeiro e fevereiro de 2009.

No mês de setembro de 2008, a taxa de subocupação por insuficiência de jornada de trabalho da PEA ocupada branca era de 2,3%. Um ano depois, este percentual era de 2,6%. No mesmo lapso de tempo, no contingente preto & pardo, a taxa de subocupação por insuficiência de rendimento passou de 3,7%, para 3,6%. O mesmo indicador, entre os homens brancos, passou de 1,5%, para 1,7%. No caso da PEA branca do sexo feminino também ocorreu uma ligeira evolução de 3,4%, para 3,6%. No contingente preto & pardo do sexo masculino, a taxa de subocupação por insuficiência de rendimento manteve-se estável, de 2,5%, para 2,4%. No caso da PEA preta & parda do sexo feminino, a taxa de subocupação por insuficiência de rendimento declinou ligeiramente, de 5,5%, para 5,2% (gráfico 2).

Tal como a taxa de desemprego, durante o período compreendido entre setembro de 2008 e setembro de 2009, a taxa de subocupação por insuficiência de jornada de trabalho manteve-se estável, porém apresentou movimento de elevação a partir de janeiro, e de redução a partir de maio. Este indicador sinaliza que relativamente poucos trabalhadores ocupados deixaram de conseguir ocupação por uma jornada de tempo maior, mesmo o desejando. Porém isso não é sinônimo de que

estas ocupações sejam as ideais, na verdade, em grande medida sendo cobertas pelo setor informal e com patamares de remuneração inferiores ao valor da média horária legal, tal como ilustram os dados da subocupação por insuficiência de remuneração (gráfico 2).

No gráfico 3 são vistos os indicadores da população subocupada por insuficiência de remuneração no período compreendido entre setembro de 2008 e setembro de 2009 nas seis

maiores RMs brasileiras. Este indicador reflete de forma mais nítida a crise econômica que atingiu o Brasil no primeiro semestre. Assim, a taxa de subocupação por insuficiência de remuneração saiu de um patamar de 16,2%, até janeiro de 2008 para 20,2% em fevereiro. Desde então, o indicador passou por uma progressiva redução, tendo chegado no último mês da série 0,7 ponto percentual superior ao seu começo.

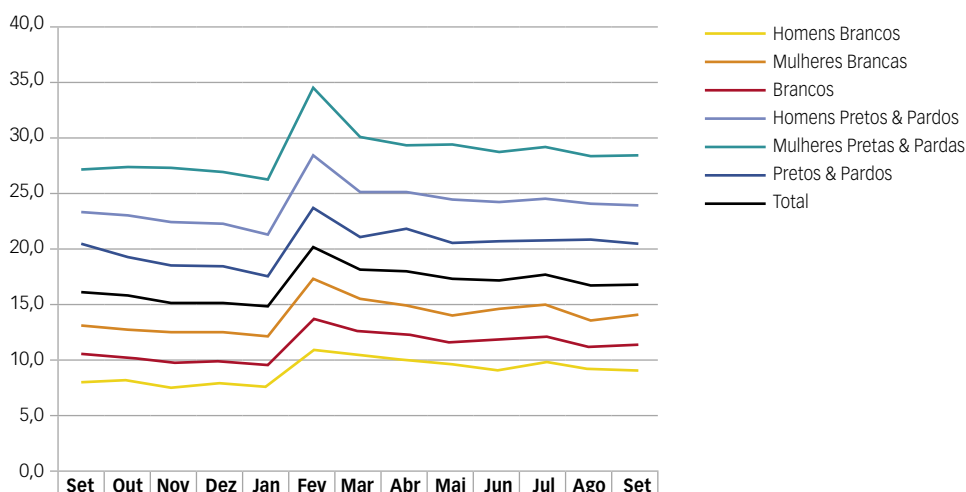
No contingente de cor ou raça branca, a taxa de subocupação por insuficiência de remuneração passou de 10,6%, em setembro de 2008, para 17,1%, em fevereiro de 2009, tendo declinado para 14,1%, em setembro deste mesmo ano. Na PEA preta & parda, a proporção de população de subocupados por insuficiência de

remuneração passou de 23,4%, em setembro de 2008, para 28,3%, em fevereiro de 2009 e, para 23,9% em setembro do mesmo ano.

Na verdade, no período entre setembro de 2008 e de 2009, a subocupação por insuficiência de remuneração, apresentou movimento semelhante ao da subocupação por insuficiência da jornada de trabalho. Todavia, naquele último mês, em comparação ao primeiro, para quase todos os grupos de cor ou raça e sexo ocorreu um aumento do indicador: homens brancos, 0,8 ponto percentual; mulheres brancas, 0,8 ponto percentual; mulheres pretas & pardas, 1,3 ponto percentual. Somente no caso dos homens pretos & pardos que o indicador se manteve estável. De qual-

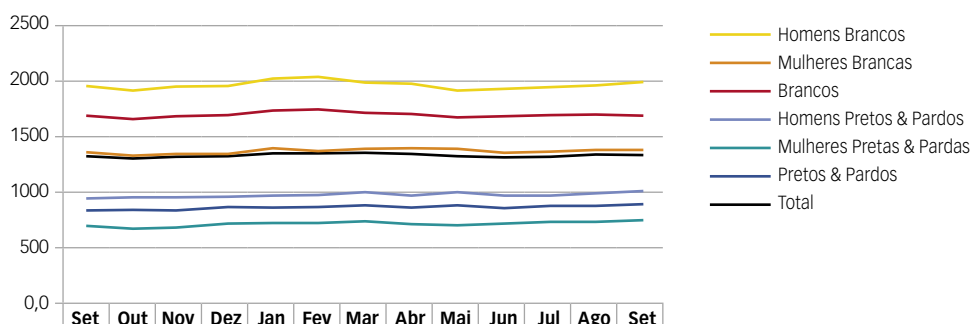
quer maneira, ainda em setembro de 2009, o peso da subocupação por insuficiência de remuneração atingia um em cada cinco ocupados pretos & pardos do sexo masculino e quase uma em cada três ocupadas, percentuais nitidamente mais expressivos do que ocorria com os seus colegas do grupo de cor ou raça brancos, dos correspondentes grupo de sexo.

Gráfico 3 – Proporção de subocupados por insuficiência de remuneração sob o total de ocupados residentes nas 6 maiores RMs, (set-08/09) (em %)



Nota: população total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada
Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Gráfico 4 – Rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residentes nas 6 maiores RMs, Brasil, (set-08/09) (em R\$)



Nota: população total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada
Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

No gráfico 4, observa-se o movimento obedecido pelo rendimento real habitual médio do trabalho principal dos grupos de cor ou raça e sexo das seis maiores RMs brasileiras ao longo do período compreendido entre setembro de 2008 e setembro de 2009.

O rendimento habitual real médio dos homens brancos, após um constante crescimento (em relação ao mês anterior) entre setembro de 2008 e setembro de 2009, vi-

venciou, entre março e maio deste ano quedas no indicador. Todavia, a partir do mês de junho, até setembro – último mês da série analisada -, o rendimento médio dos homens brancos voltou a subir. De qualquer maneira, na comparação entre setembro de 2008 e 2009, a renda média dos homens brancos elevou-se ligeiramente, em 0,2%. Na comparação com janeiro de 2009, o rendimento médio habitual dos homens brancos declinou 2,4%.

No caso das mulheres brancas, a queda da remuneração habitual real média do trabalho foi sentida por mais tempo, com queda entre fevereiro e janeiro de 2009, e contínuas reduções entre abril e julho. Entre agosto e setembro o indicador das pessoas deste grupo de cor ou raça e sexo voltou a se recuperar. Na comparação entre setembro de 2008 e 2009, vê-se que neste último mês houve um ganho real das mulheres brancas em 1,6%. Porém, na comparação entre setembro e janeiro de 2009, houve uma redução na remuneração em 0,7%.

Finalmente, no contingente branco de ambos os sexos, entre março e julho de 2009, foram verificadas seguidas reduções no rendimento real habitual médio do trabalho principal. Assim, somente a partir do mês de julho a remuneração média da PEA ocupada branca voltou a crescer. Na comparação entre setembro de 2008 e 2009 ocorreu a elevação da remuneração em 0,5%. Já em comparação a setembro e janeiro de 2009 ocorreu uma queda no indicador em 2,1%.

Na PEA ocupada preta & parda do sexo masculino o movimento assumido pelo rendimento real habitual médio da ocupação principal não obteve um direcionamento específico, observando ligeiras elevações e reduções subsequentes ao longo do período, especialmente no ano de 2009. Todavia, a partir de julho os rendimentos deste grupo voltaram a se elevar, movimento que se repetiu em agosto. Na comparação entre setembro de 2008 e setembro de 2009, o rendimento dos pretos & pardos se elevou em 5% e, na comparação entre setembro e janeiro deste último ano, em 2,2%.

No caso das mulheres ocupadas pretas & pardas ocorreu um movimento semelhante na evolução do rendimento real habitual médio dos homens pretos & pardos. A diferença é que esta redução se iniciou entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009, observou crescimento entre fevereiro e março, voltou a declinar entre abril e maio, apresentando, desde então, constante recuperação. Assim, na comparação entre setembro

de 2008 e setembro de 2009, o rendimento médio das mulheres daquele grupo de cor ou raça e sexo avançou 7,2%. Na comparação entre setembro de 2008 e janeiro de 2009, ocorreu o crescimento no indicador em 4,1%.

Quanto ao grupo preto & pardo de ambos os sexos, coerentemente com os indicadores apresentados pelos homens e mulheres deste grupo de cor ou raça, observou-se um movimento semelhante ao comentado, com sucessivas elevações (abril e junho) e reduções (fevereiro, maio e julho) em seu valor em termos reais, porém voltando a apresentar elevação em julho e agosto. Assim, na comparação entre setembro de 2008 e setembro de 2009, ocorreu a elevação do rendimento dos pretos & pardos em 5,8%. Já na comparação entre janeiro e setembro de 2009 a elevação no rendimento médio foi de 2,7%.

O comportamento do conjunto de indicadores analisados ao longo desta publicação acabou se refletindo nos dados das assimetrias de cor ou raça no mercado de trabalho brasileiro neste período. Assim, em setembro de 2008, os brancos auferiam rendimento real médio habitual 101,5% superior ao dos pretos & pardos. Após um período em que as desigualdades ora aumentavam, ora diminuían, em fevereiro de 2009 as assimetrias de cor ou raça chegaram ao seu ponto máximo na série de setembro de 2008 e 2009, atingindo 102,2%. Entre março e maio, as assimetrias voltaram a oscilar para cima e para baixo. Porém, a partir de maio, até setembro, as desigualdades de cor ou raça no mercado de trabalho brasileiro passaram a declinar consistentemente chegando, naquele último mês, a 90,7%.

Com algumas diferenciações, o movimento observado acima foi fundamentalmente encontrado quando se operou a decomposição dos indicadores da remuneração real habitual do trabalho principal pelos grupos de sexo. Deste modo, em setembro de 2008, os homens brancos, comparativamente aos pretos & pardos, auferiam remuneração 107,3% superior. Em fevereiro de 2009, a diferença chegou a 109,8%, porém declinou para 97,2%, em setembro de 2009.

No contingente feminino, as mulheres brancas, comparativamente às pretas & pardas, recebiam uma remuneração 94,5% superior. Em fevereiro, as assimetrias haviam chegado a 102,2%. Porém em setembro de 2009, as assimetrias entre os dois grupos haviam atingido 83,4%.

Conforme visto, os brancos, especialmente os homens, formam o grupo de cor ou raça modal nas indústrias, comércio e dos segmentos que prestam serviços às empresas, setores especialmente afetados pela crise, destacando-se os segmentos especificamente dedicados às exportações (assumindo uma não demonstrada suposição de que este segmento seja mais intensivamente ocupado por pessoas brancas). Assim, não é descabida a hipótese de que tal distribuição relativa deste grupo pelos ramos de atividade econômica possa ter contribuído para aqueles movimentos – especialmente quando da fase de baixa do ciclo, ao longo de 2009.

Quanto ao grupo preto & pardo de ambos os sexos, observou-se um movimento semelhante ao comentado, com sucessivas elevações (abril e junho) e reduções (fevereiro, maio e julho) em seu valor em termos reais, porém voltando a apresentar elevação em julho e agosto. Assim, na comparação entre setembro de 2008 e setembro de 2009, ocorreu a elevação do rendimento dos pretos & pardos em 5,8%. Já na comparação entre janeiro e setembro de 2009, a elevação no rendimento médio foi de 2,7%.

Tal como comentado para o grupo branco, no caso dos pretos & pardos talvez o comportamento daqueles indicadores reflita a distribuição daquele segmento pelos ramos de atividade. Assim, o fato é que os pretos & pardos apresentam pesos relativos nas atividades industriais, no comércio e nos serviços prestados às empresas menores do que sua presença na PEA ocupada das seis maiores RMs brasileiras. Alternativamente, o peso deste segmento é superior à sua presença na PEA ocupada nos setores domésticos e na indústria da construção civil. Isso, além de uma maior intensidade do peso relativo das atividades informais neste contingente (conforme visto, 45,4%, contra 38,3%, no caso da PEA ocupada branca).

Logo, as dinâmicas ocupacionais dos pretos & pardos no mercado de trabalho metropolitano apresentam-se

mais fortemente vinculadas às dinâmicas do mercado interno, este pouco afetado pela crise. Do mesmo modo, fatores institucionais como a preservação do poder de compra do salário mínimo e o estímulo governamental concedido à construção civil, dada a forma pela qual os grupos de cor ou raça se distribuem entre as atividades econômicas, podem ter ajudado não apenas a reduzir o impacto da crise sobre os pretos & pardos, mas a gerar possibilidades de incrementos monetários ao longo de um ano especialmente difícil como o de 2009. Entretanto, a partir dos estímulos dados pelas políticas macroeconômicas desde meados do ano a economia voltou a crescer, trazendo consigo o mercado de trabalho metropolitano, que também passou a emitir sinais de recuperação.

Assim, seja operando com os dois grupos de sexo separadamente, seja os lendo de maneira agregada, as assimetrias de cor ou raça encontraram um movimento declinante a partir de junho de 2009, seguindo uma tendência neste sentido, desde então. Deste modo, fica sugerido que as medidas recentes adotadas pelos responsáveis pelas políticas econômicas de governo, não somente ajudaram na melhoria dos indicadores do mercado de trabalho metropolitano, como igualmente contribuíram para a redução das assimetrias de cor ou raça no período analisado. Todavia, somente a partir da divulgação dos dados da PME, por parte do IBGE, para novembro e dezembro de 2009, será possível captar se este movimento de redução das desigualdades de cor ou raça teve, ou terá, maior fôlego.

De qualquer maneira, vale insistir que as desigualdades de cor ou raça e gênero ainda se encontram muito pronunciadas. Portanto, para que as assimetrias no mercado de trabalho brasileiro possam ser reduzidas de forma mais consistente ao longo dos próximos anos, fica evidenciada a necessidade da combinação das políticas de recuperação dos indicadores do mercado trabalho com as ações afirmativas em prol dos grupos historicamente discriminados na sociedade brasileira.

Tempo em Curso

Elaboração escrita

Profº Marcelo Paixão

Programação de indicadores estatísticos

Luiz Marcelo Carvano

Pesquisadora assistente

Irene Rossetto Giaccherino

Bolsista de Graduação

Bianca Ângelo Andrade

(PBICT – CNPq)

Equipe LAESER / IE / UFRJ

Coordenação Geral

Profº Marcelo Paixão

Coordenação Estatística

Luiz Marcelo Carvano

Pesquisadores Assistentes

Cléber Julião

Fabiana Montovanele de Melo

Irene Rossetto Giaccherino

Sandra Regina Ribeiro

Coordenação dos Cursos de Extensão

Azóilda Loretto

Sandra Regina Ribeiro

Bolsistas de Graduação

Bianca Ângelo Andrade (PBICT – CNPq)

Elisa Alonso Monçores (PBICT – CNPq)

Fernanda campista Moura (Fundação Ford)

Revisão de texto e copy-desk

Anna Paula Meireles

Editoração Eletrônica

Maraca Design

Apoio

Fundação Ford



FORD FOUNDATION